



Universidade De Brasília-UnB
Instituto De Ciências Humanas-IH
Departamento De Serviço Social-SER
Trabalho de Conclusão de Curso-TCC

JOÃO PAULO REIS DOS SANTOS

**BARREIRAS QUE ENFRENTAM AS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE RUA
PARA ACESSO À UNIDADES DE ACOLHIMENTO
TEMPORÁRIO NO DISTRITO FEDERAL**

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lucia Lopes da Silva

Brasília-DF

2018

Universidade de Brasília-UnB
Instituto de Ciências Humanas-IH
Departamento de Serviço Social-SER
Trabalho de Conclusão de Curso-TCC

JOÃO PAULO REIS DOS SANTOS

**BARREIRAS QUE ENFRENTAM AS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE RUA
PARA ACESSO À UNIDADES DE ACOLHIMENTO
TEMPORÁRIO NO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade de
Brasília como requisito para obtenção do título de
bacharel em Serviço Social

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lucia Lopes da Silva

Brasília-DF

2018

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus pelas conquistas que possuo e por eu ter tido a chance de desenvolver as amizades que fiz durante esse processo da conclusão desse trabalho e durante todo o curso de serviço social. Agradeço também pela família que eu possuo.

Agradeço à paciência que a Profa. Dra. Maria Lucia Lopes teve comigo ao decorrer da construção desse trabalho, pois devido a vários problemas não apenas pessoais, ocorreram muitos atrasos de minha parte para a conclusão e acredito que se não fosse a dedicação dela nesse processo talvez eu não tivesse concluído esse trabalho. Também sou grato a Gabriela minha supervisora de estágio, pois o objeto de estudo deste trabalho foi sugestão dela durante o período da supervisão.

Eu agradeço a todos os meus amigos que direto ou indiretamente me auxiliaram na elaboração deste trabalho tendo em vista que passei por um dos momentos mais difíceis da minha vida até hoje. A presença de vocês ajudou-me e ajuda muito. Em especial gostaria de mencionar os amigos que fiz durante o curso, não vou citar o nome de todos para evitar esquecer de alguém mais saiba que sou muito grato pela presença de vocês em minha vida e que graças ao convívio com todos o tempo que passei na graduação foi mais do que eu poderia pedir.

E de todas as amizades que fiz durante a conclusão do curso eu não posso deixar de mencionar as primeiras amigas que fiz nesse período: Andriele, Júlia e Larice, infelizmente não vou oferecer a cada uma de vocês um parágrafo de agradecimento ,pois além de não querer ser injusto com nenhuma de vocês e agradecer menos do que deveria, um ou mais parágrafos não seriam o suficiente para demonstrar o quanto sou feliz por ter conhecido vocês três. Não tenho dúvidas que sem a presença de vocês eu provavelmente teria saído do curso e mesmo se o concluísse não teria sido com a mesma dedicação e gosto, já que eram vocês que me motivam e me lembravam de estudar para as provas, trabalhos e etc. Como eu disse anteriormente apenas alguns parágrafos não são o suficiente para expressar a importância de cada uma, obrigado por me “aturarem” todos esses anos e espero que aguentem por muitos outros ainda, amo vocês minhas amigas.

Agradeço também aos meus pais por todo o apoio que me deram no decorrer da minha graduação, e em especial ao meu pai que infelizmente no meio desse ano de 2019 faleceu e não pode acompanhar pessoalmente mais essa conquista em minha vida, logo ele a pessoa que mais acredita no meu potencial mais do que eu mesmo, que possuía um orgulho imenso das conquistas minha e as da minha irmã também. Espero um dia poder ser fonte de inspiração para alguém igual o senhor foi e sempre será a minha.

RESUMO

O presente trabalho procurou compreender quais as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas em situação de rua que possuem alguma deficiência em relação ao acesso às casas de acolhimento temporário no Distrito Federal. O ponto de partida foi conceituar o fenômeno população em situação de rua e também pessoas com deficiência. Posteriormente fez-se uma caracterização das casas de acolhida temporária, que serviram como referência para a pesquisa: UNAF e Casa Santo André. Após a construção destes dois conceitos a serem utilizados e a compreensão do histórico de criação das unidades estudadas para, o próximo passo foi a busca por dados referentes ao acolhimento de pessoas com deficiência nesses espaços, o que infelizmente não foi alcançado a contento, o que mostra o profundo descaso que estas pessoas ainda sofrem.

Palavras chave: Pessoa em situação de Rua, Pessoa com Deficiência, Casas de Acolhimento temporário, Casa Santo André, UNAF

ABSTRACT

The present study sought to understand the main difficulties that people in the street situation that have some deficiency in relation to the access to temporary shelters in the Federal District. The starting point was to conceptualize the phenomenon of the population in the street situation and also people with disabilities. Later, a characterization of temporary shelters was carried out, which served as reference for the research: UNAF and Casa Santo André. After the construction of these two concepts to be used and the understanding of the history of creation of the units studied for, the next step was the search for data concerning the reception of people with disabilities in these spaces, which unfortunately was not achieved to the satisfaction, the which shows the deed disregard that these people still suffer.

Keywords: Person in a street situation, Person with Disabilities, Temporary Shelters, Casa Santo André, UNAF.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição dos adolescentes pesquisados por RAs (BRASÍLIA, 2011, p.53).....	21
Gráfico 2: Distribuição das crianças em situação de rua por RAs (BRASÍLIA, 2011, p.49).....	21
Gráfico 3: Distribuição dos adultos pesquisados por RAs (BRASÍLIA, 2011, p.79).....	22
Gráfico 4: Distribuição dos adultos pesquisados por faixa etária (BRASÍLIA, 2011, p.80).....	23
Gráfico 5: Grau de escolaridade dos adultos pesquisados (BRASÍLIA, 2011, p.85).....	23
Gráfico 6: Motivos que fizeram os adultos interromper os estudos (BRASÍLIA, 2011, p.85).....	24
Gráfico 7: Naturalidade dos adultos pesquisados (BRASÍLIA, 2011, p.81).....	26
Gráfico 8: Motivos que fizeram os adultos pesquisados virem para o Distrito Federal (BRASÍLIA, 2011, P.82).....	27
Gráfico 9: Atividades econômicas desempenhada pelos adultos (BRASÍLIA, 2011, p.94).....	28
Gráfico 10: Lugares que o adulto passa a maior parte do tempo quando acordado (BRASÍLIA, 2011, p.95)	29
Gráfico 11: Local mais frequentado para o pernoite (BRASÍLIA, 2011, p.96) .	30
Gráfico 12: Calculo da aposentadoria para pessoas com deficiência	42

LISTA DE SIGLAS

CSA	- Casa Santo André
UNAF	- Unidade de acolhimento de adultos e famílias
RA	- Região Administrativa
EMMP	- Escola Meninos e Meninas do Parque
MPDFT	- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Upias	- Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação
DPI	- Internacional de Deficientes
OMS	- Organização Mundial de Saúde
ICIDH	- Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e Handicap
CIF	- Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde
AAPaC	- Associação, em apoio ao Paciente com Câncer
PNAS	- Política Nacional de Assistência Social
CNAS	- Conselho Nacional de Assistência
LOAS	- Lei Orgânica de Assistência Social

CREAS	- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional
ONU	- Organização das Nações Unidas
SEDH	- Secretaria Especial dos Direitos Humanos
CORDE Deficiência	- Coordenadoria Nacional para a Integração da Portadora de Deficiência
SNPD	- Subsecretaria da promoção dos direitos da Pessoa com Deficiência
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CONADE	- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
PRONATEC	- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
RGPS	- Regime Geral de Previdência Social
CENTRO POP Rua	- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
SEDESTMIDH	-A Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1 :População em situação de rua no Distrito Federal: características do fenômeno, perfil das pessoas e estimativa.....	15
Capítulo 2 : Aspectos referentes à deficiência e estimativa de pessoas com deficiência em situação de rua que procuram unidades de acolhimento temporário no Distrito Federal.....	31
Capítulo 3: Pessoas com deficiência em situação de rua e as dificuldades de acesso à casa Santo André e à UNAF.....	43
3.1 UNAF: histórico de criação, rede de acolhida e funcionamento.	46
3.2 A casa Santo André: histórico de criação, rede de acolhida e funcionamento.49	
3.3 Tramites de acesso as casa de acolhimento no Distrito Federal	52
3.4.Limites de acesso pelas pessoas com deficiência, as unidades de acolhida temporária.....	53
Considerações finais	55
Referências Bibliográficas	58
Anexos	61

Introdução

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) constitui um pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB) e tem como objeto de pesquisa as barreiras de acesso à rede de acolhida temporária no Distrito Federal pelas pessoas com deficiências em situação de rua, situações particulares da Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias (UNAF) e da Associação Casa Santo André (CSA).

O interesse em pesquisar sobre esse tema se deu a partir da experiência do discente durante o estágio obrigatório, realizado na Associação Casa Santo André nos dois semestres de 2016. A Associação Casa Santo André possui o serviço de acolhimento para a população em situação de rua e até 2017 realizavam o serviço de abordagem social, o serviço atualmente é realizado pelo instituto Ipês. Durante as discussões com a supervisora de campo e os outros funcionários acerca das condições da instituição e as limitações impostas para a realização do trabalho do profissional para contribuir com a viabilização de um direito negado aos usuários, surgiu a indagação sobre como as dificuldades enfrentadas pela população em situação de rua podem ser maiores para a população com deficiência que também se encontra em situação de rua, chegando assim a pergunta de partida que orientou essa pesquisa: quais as principais barreiras que as pessoas com deficiência em situação de rua enfrentam para acesso às unidades de acolhimento temporário no Distrito Federal?

Apesar de existirem vários trabalhos abordando os temas de população em situação de rua ou de pessoas com deficiência, pouco se lê sobre algo que aborde o público que se encontra nessas duas situações. Por isso, esse trabalho tem como objetivo analisar as dificuldades que as pessoas com deficiência em situação de rua enfrentam para ingressarem e permanecerem na rede de acolhida temporária, de modo em particular, na Casa Santo André e na Unidade de Acolhimento de Adultos e Famílias (UNAF) no Distrito Federal (DF). Na análise levou-se em consideração as condições de infraestrutura física que estas unidades possuem para oferecer àqueles que buscam os serviços além de outros aspectos.

E em relação à população em situação de rua é possível observar que esse grupo populacional possui limites de acesso às políticas sociais devido à oferta reduzida de serviços e programas, metodologias inadequadas ou ainda por exigências incompatíveis com esse grupo populacional, entre outras (SILVA, 2010). E essa situação torna-se mais complexa quando estas pessoas possuem alguma deficiência. Pois, os espaços que são destinados para atender a estes usuários apresentam uma carência ou ausência de equipamentos que auxiliem para a mobilidade em seu interior, que facilite o atendimento, apresentando limites de condições para atendê-los adequadamente. Mas, essa limitação não se restringe apenas aos equipamentos, ela também é apresentada no que se refere a capacitação dos profissionais que se destinam ao atendimento.

Diante disso, a hipótese da qual partimos é que as pessoas com deficiência que se encontram em situação de rua enfrentam mais dificuldades para ter acesso e permanecer em locais de acolhimento temporário em relação aos demais usuários que usufruem do mesmo serviço, pois, essas unidades de acolhimento não possuem condições adequadas tanto em relação ao equipamento quanto em relação à preparação de profissionais, comprometendo, assim, a qualidade do atendimento.

O universo de pesquisa escolhido foi à Casa Santo André e a UNAF, pois ambos são os centros de referência quando se trata de acolhimento de pessoas em situação de rua no Distrito Federal. Tendo em vista que a UNAF é uma unidade de caráter público que acolhe adultos e famílias em situação de rua, e a Casa Santo André é uma unidade não governamental de caráter religioso, que inclusive prevê em suas normas a participação dos usuários nas práticas religiosas desenvolvidas internamente, suas escolhas também foram baseadas nessa diversidade.

O propósito era realizar pesquisa qualitativa, com o intuito de avaliar o serviço ofertado pelas unidades de acolhimento, voltadas as pessoas com deficiência que se encontram em situação de rua, com o foco de compreender como ocorre a interação entre os indivíduos e as instituições. Buscando identificar quais são as barreiras que as pessoas com deficiência em situação de rua enfrentam, em relação às casas de acolhida temporária para o ingresso e a permanência nesses espaços.

Contudo Durante a realização do trabalho foram enfrentadas dificuldades para a realização da pesquisa referente às principais barreiras que as pessoas em situação de rua com deficiência enfrentam para ter acesso e permanecer nesses espaços. O maior problema e o que impossibilitou o aprofundamento do tema foi o fato de que não foi possível a coleta dos dados nas unidades pesquisadas, sendo o caso da UNAF o mais complicado, pois para ter acesso a qualquer tipo de dado referente a instituição deve passar primeiro pela A Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH) e mesmo que o coordenador da unidade apoie a pesquisa ele não detém a palavra final nesses assuntos.

E devido a ter que esperar a resposta de outro órgão que a coleta de dados tornou-se mais complexa, já que não realizaram a resposta sobre a autorização ou não da coleta deles. E infelizmente esse processo para coleta de dados, onde é preciso ter que depender da autorização de outros órgãos não relacionados ao local foco da pesquisa que por consequência atrasa o tempo pra realização de trabalhos. E em as vezes é necessários que os pesquisadores tenham que mudar o foco de suas análises a fim de evitar serem barrados a ter acesso a algum dado e assim travarem o avanço da pesquisa.

Em relação aos dados da Casa Santo André devido a problemas pessoais que enfrentei no período da pesquisa não tive condições de ir atrás dos dados na instituição e por conta disso quando tive condições de retornar as pesquisas às pessoas que se prontificaram a me auxiliar na pesquisa já haviam deixado a unidade e foi necessário realizar do zero os pedidos para acesso aos dados e só obtive a resposta me autorizando a ir a unidade para conversar sobre os dados que precisava por volta do final para o início de novembro, onde no dia 10/11/2018 cheguei a ir a unidade, mas o assistente social teve uma demanda externa para realizar e não pode me auxiliar na pesquisa. E devido ter se aproximado mais da data de entrega não foi possível realizar a pesquisa já que o trabalho estava concluído e com a apresentação definida, não teria como realizar a coleta já que demandaria mais tempo do que o disponível.

Apesar das dificuldades enfrentadas espera-se que este trabalho de conclusão de curso possa contribuir com a discussão sobre as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência em situação de rua no acesso à rede de acolhida temporária no Distrito Federal. Além de incentivar maior debate sobre esse tema na academia, pois, como foi mencionado, apesar de se falar sobre a população em situação de rua e de pessoas com deficiência pouco se discute durante a formação profissional sobre as pessoas que se encontram nas duas situações.

O trabalho traz três capítulos. O primeiro trata sobre população em situação de rua no Distrito Federal. A fim de compreender as características do fenômeno mostra-se o perfil das pessoas que se encontra nesse grupo populacional e estimativa de seu quantitativo.

O segundo capítulo trata de aspectos referentes à deficiência, seu conceito e normas que regulam os direitos das pessoas com deficiência e estimativa de pessoas com deficiência em situação de rua.

O terceiro capítulo deveria dedicar-se à caracterização das unidades de acolhimento objeto de estudo, bem como da estimativa de pessoas com deficiência que procuraram estas unidades nos anos de 2016 e 2017, ao registro e análise das barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência em situação de rua para de acesso à casa Santo André e à UNAF tendo como parâmetro as normas e regulamentos dos direitos destas pessoas, e as dificuldades identificadas no registro de atendimento dos profissionais de serviços social nas duas unidades que puderam ser acessados, bem como o formulário complementar de informações. Todavia diante da não obtenção dos dados o capítulo voltou-se a reflexão crítica sobre este limite.

Ao final, encontra-se as considerações finais incluindo as dificuldades encontradas para a realização deste trabalho.

Capítulo 1- População em situação de rua no Distrito Federal: características do fenômeno, perfil das pessoas e estimativa.

O fenômeno população em situação de rua não surgiu recentemente. O seu surgimento relaciona-se ao início da sociedade capitalista na Europa Ocidental, especialmente na Inglaterra, período caracterizado pela expulsão dos camponeses das áreas rurais devido a expropriação de sua terra e pela conseqüente formação das primeiras cidades pré-industriais. Quanto as suas características: “o fenômeno social população em situação de rua constitui uma síntese de múltiplas determinações, cujas características, mesmo com variações históricas, o tornam um elemento de extraordinária relevância na composição da pobreza nas sociedades capitalistas”. (SILVA, 2009, p.91).

O processo de expulsão dos camponeses de suas terras ocorreu porque no sistema capitalista é uma condição essencial, a separação entre os trabalhadores e os meios de trabalho, ou seja. quando o possuidor dos meios de produção e subsistência encontram o trabalhador “livre” no mercado, vendendo sua força de trabalho (SILVA, 2009, p.93)

Assim, naquele contexto da chamada acumulação primitiva na visão marxiana, aqueles que foram expulsos de suas terras não foram absorvidos pela indústria nascente na mesma velocidade em que ficaram disponíveis no mercado, seja pela incapacidade do mercado ou pela dificuldade de adaptação repentina a um novo tipo de disciplina de trabalho, sendo esta uma ocorrência que suas características diferem de país para país em que suas fases ocorrem em sequencias e épocas históricas diferentes (SILVA, 2009, p. 95).

Observando-se, assim, que não é fenômeno que se origina em decorrência de um único motivo, mas por vários determinantes, de formas subjetivas ou estruturais como ausência da moradia, a insuficiência de renda, não acesso a políticas sociais entre outros.

No Brasil, estudos e pesquisas, bem como regulamentos de direitos atinentes a esse grupo populacional são recentes, tendo como exemplo, a Lei 11.258 de Dezembro de 2005 que altera o artigo 23 da lei Orgânica de Assistência Social, em que é definida em parágrafo único a obrigatoriedade da criação de programas da Assistência Social voltadas as pessoas que se encontram em situação de rua, constitui a primeira regulação na esfera federal. E após essa Lei, foi editado o decreto 7053 de dezembro de 2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, o qual em seu Art. 1º parágrafo, único estabelece o conceito desta grupo populacional:

“Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009)”

Este conceito antes de ser utilizado no decreto foi originalmente desenvolvido por Silva (2009, p.136) após a análise de conceitos operacionais, utilizados por diversos pesquisadores e estudiosos do assunto e, a partir de novos elementos de reflexão, advindos de sua pesquisa. A autora analisou as pesquisas censitárias das cidades de Porto Alegre (1995;1999), Belo Horizonte (1998;2005), São Paulo (2000;2003), e Recife (2004;2005) a partir do que mostrou o perfil da população em situação de rua com base em algumas variáveis, como por exemplo sexo, idade, escolaridade, relação com o trabalho e origem. O conceito formulado teve grande aceitação no âmbito das organizações que atuam com população em situação de rua, pesquisadores, estudiosos e, o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR). Assim por meio da Carta Aberta ao Presidente da República¹, este conceito foi apresentado como reivindicação desta organizações para que fosse utilizado para fins de pesquisa e políticas sociais juntamente com outras propostas a serem adotadas para garantir a superação das desvantagens sociais enfrentadas por este grupo social. (BRASÍLIA, 2009, p.6).

¹ Carta de Brasília Aberta ao Presidente da República Federativa do Brasil. Brasília 20 de maio de 2009 disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Carta_Aberta_aoPresidente_da_Republica_Federativa_do_Brasil.pdf Acesso em: 01 de jul. de 2017

No Brasil, o aprofundamento do desemprego, a desregulação dos direitos sociais, a inibição dos investimentos em políticas sociais e a ampliação do trabalho precário ocorreram, sobretudo, a partir de 1995 quando o país aderiu abertamente às políticas neoliberais, no governo Fernando Henrique, em que foram adotadas várias medidas que precarizavam vários direitos como os trabalhistas e previdenciários. Isso contribuiu para a expansão do fenômeno da população em situação de rua. (SILVA, 2010).

Esse fenômeno possui diversas características, uma delas é a tendência a naturalização (SILVA, 2009), ou seja, é visto como se fosse algo “natural” ter pessoas em situação de rua. Na Sociedade capitalista, o trabalho é tido como o centro das atividades econômicas e sociais. Além disso, pelo viés liberal e conservador que marcam essa sociedade somente os que exercem alguma atividade remunerada e possuem condição de sustentar-se é visto como “cidadão de bem”, assim a pessoa é responsabilizada por estar em situação de rua. Isso explica o preconceito e a discriminação que existe em relação a elas. Pois em geral são tidos como “vagabundos” sob a alegação de que se encontram nessa condição por não quererem trabalhar. Na realidade, este fenômeno, é produzido pela própria sociedade capitalista.

A visão neoliberal de que apenas pessoas “bem sucedidas” são as que trabalham e que através do trabalho podem alcançar uma ascensão social para garantir condições melhores, aponta a situação de rua como sendo o extremo oposto como estando em um lugar em que ninguém deve chegar. Esse processo decorre do próprio desenvolvimento da produção capitalista em que a classe trabalhadora também se desenvolveu e, “por meio da educação, tradição e costume ela acaba aceitando as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes”(Marx apud SILVA, 2009, p.97).

Vale ressaltar, que no Brasil, apesar de existirem leis e direitos destinados a esta população em situação de rua, ocorre uma clara negligência do Estado em cumpri-las efetivamente. Assim, normalmente, diversas atividades são transferidas para as organizações não governamentais, por meio do repasse do dinheiro público para financiar as atividades dessas organizações. Um exemplo disso são as instituições de

acolhimento temporário, que ofertam moradia e alimentação provisórias para essas pessoas, entre as quais se encontra a Casa Santo André objeto dessa pesquisa.

Quando o governo executa diretamente alguma medida, em geral é feita de forma que promove a segregação desta população, criando espaços que serão de uso exclusivo de quem se encontra em situação de rua ao invés de estruturar ações que promovam a participação desta população em outros espaços comuns a de quem não está em situação similar, um exemplo disso é a Escola Meninos e Meninas do Parque da Cidade (EMMP) criada em 1992, que é uma escola voltada para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua.

Essas medidas de transferir parte de suas responsabilidades para a população em situação de rua para as organizações não governamentais e de assumir medidas que facilite a sua segregação por parte do Estado colaboram para a diminuição da capacidade da pressão que essa população poderia exercer sobre o Estado, enfraquecendo a sua mobilização. Assim dificulta-se que esse grupo possa conseguir articular e pressionar para a garantia de seus direitos, seja cobrando das instituições privadas que lhes oferecem serviços ou pelo próprio Estado. É claro que a própria condição de rua por si, já é um elemento que dificulta a inserção dessa população em outros espaços.

Quando se trata dos atendimentos realizados para essa população é comum perceber que o quadro dos profissionais capacitados das instituições voltadas a esse serviço é limitado, pois, não possui um número adequado para conseguir realizar um atendimento satisfatório, ou são despreparados não possuindo uma capacitação ou treinamento para atender este público.

Essas instituições também possuem regras internas rígidas que mais dificultam a realização de um atendimento satisfatório, pois impõem barreiras para a atuação profissional que são difíceis de serem quebradas por criar dificuldades na relação do usuário com o profissional que realiza o acompanhamento do caso, e também essas

normas por serem muito rígidas facilitam a evasão do usuário durante o processo do trabalho.

Outro fator que pode ser levado em consideração para que essa população seja negligenciada é o chamado exército industrial de reserva, conceito trabalhado anteriormente por Marx, que compreende a existência de um contingente grande de pessoas aptas ao trabalho que aceitem se oferecer a sua força a um baixo custo para os seus contratantes mesmo que seja para a realização de serviços com condições insalubres de trabalho a fim de garantir sua subsistência. Garantindo, assim, aos empregadores a ter controle sobre as ofertas de emprego que eles oferecem, podendo manter os custos mais baixos possíveis, mostrando assim que a reprodução da população em situação de rua é vinculado ao processo de acumulação do capital.

Desse modo, o fenômeno população em situação de rua é uma expressão inconstante das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas que se processam do eixo capital/trabalho. Essas desigualdades sociais foram aprofundadas na cena contemporânea em face das mudanças no mundo do trabalho, oriundas principalmente da reestruturação, da reorientação do papel do Estado (SILVA, 2009, p. 115)

Não se quer dizer com isso que a pobreza nunca existiu, mas esta assumiu uma nova configuração. Se no modo de produção feudal a carência de alimentos era um determinante crucial para a fome e a miséria, em momentos próximos à Revolução Industrial, os fatores eram outros (CAVAIGNAC, 2009, p.27): “pela primeira vez na história registrada [séculos XVIII/XIX], a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2005, p.153). E na atualidade este crescimento da pobreza continua se expandindo em níveis gritantes.

Essa população se encontra com mais frequência em grandes centros urbanos como diz Silva (2009) em vista que é nestes espaços que a circulação do capital ocorre com mais frequência e existem maiores alternativas de trabalho para essa população conseguir garantir a sua subsistência. Este grupo populacional também sofrem muito

preconceito e discriminação, fato representado por medidas de higienização comumente apoiada por grande parte população que ao tirar as pessoas em situação de rua das áreas em que se encontram na tentativa de camuflar esse fenômeno.

E por estarem nesses centros urbanos eles também sofrem com políticas higienistas, que consiste na retirada das pessoas em situação de rua que se encontram em praças, ruas, avenidas, etc, por exemplo, o ocorrido na Estação da Luz em São Paulo, sob a justificativa de que seria por uma questão de saúde das pessoas em situação de rua, o governo as encaminhavam para centros de internação que “tratam” das pessoas com algum vício. No entanto, o motivo por trás dessa ação era o da retirada das pessoas por serem julgadas como fatores que diminui a segurança pública, “suja” a cidade e gera a desvalorização do espaço que elas ocupam. Assim as especulação imobiliária grande fator mobilizador do processo de higienização.

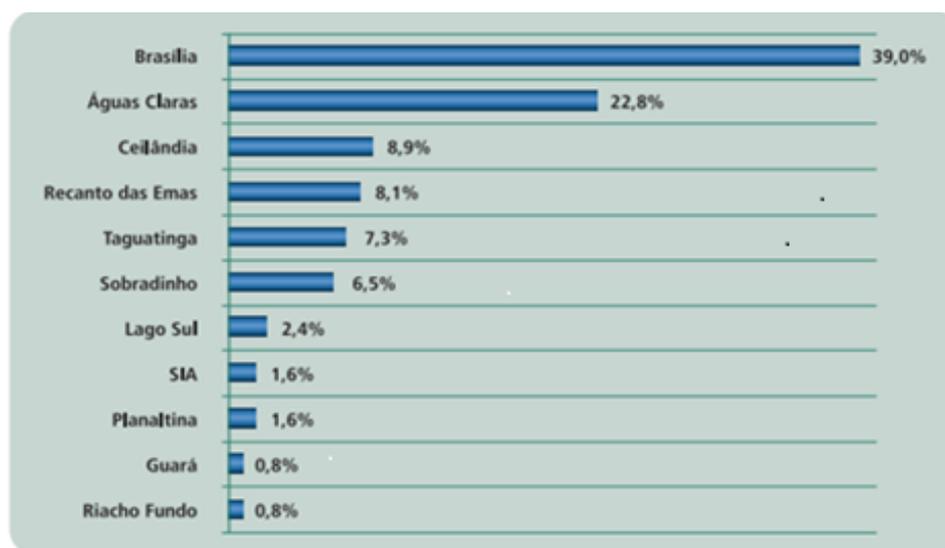
Essa resistência para a presença das pessoas em situação de rua se expande até para as políticas que as envolvem, um exemplo disso é a resistência que ocorre para que possa ser construído Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP), para essa população, onde a justificativa para não realizar a construção destes centros é que vai atrair essa população para a região, o que causaria desordem, falta de segurança e outros fatores.

Essa população também enfrenta dificuldades para acessar as políticas sociais até as que foram criadas pensando nela, que existem exigências para conseguir acessá-las, como requisitos de apresentar identidade pessoal e/ou endereço domiciliar, que são medidas que limitam o seu acesso.

Analisando os dados pesquisados, em 2011 pelo Projeto Renovando a Cidadania sob assessoria de Camila Potyara Pereira e Bruna Papaiz Gatti, a população em situação de rua no Distrito Federal correspondia, na ocasião, 2.512 pessoas em situação de rua, sendo: 319 crianças, 221 adolescentes e 1.972 adultos (BRASILIA, 2011,p.41), sendo 74,6% homens e 25,4% mulheres. (BRASILIA, 2011,p.46)

Quanto à distribuição desta população no Distrito Federal, os adolescentes encontrados em Brasília correspondem a 39%, local de maior concentração; Riacho Fundo e Guará detém o menor índice, ambos representando apenas 0,8% (BRASÍLIA, 2011, p.53);

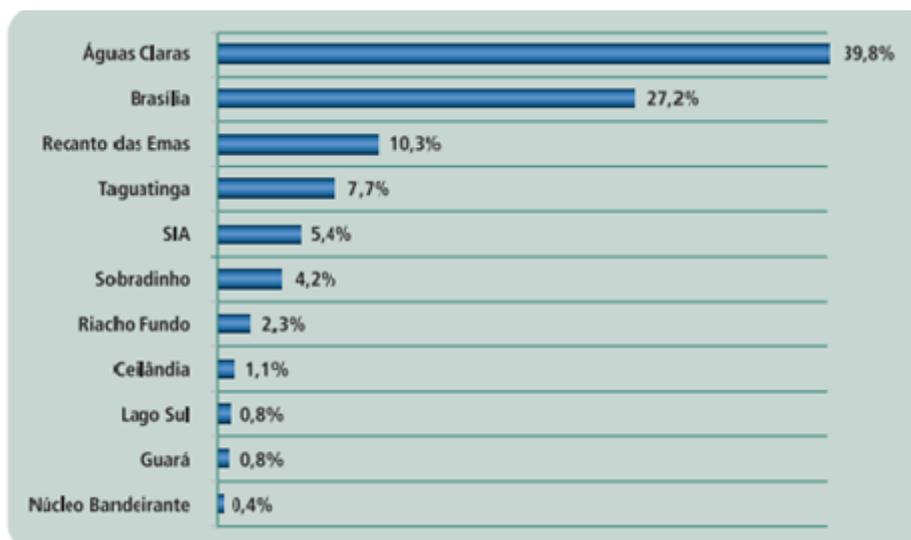
Gráfico 1: Distribuição dos adolescentes pesquisados por RAs (BRASÍLIA, 2011, p.53)



FONTE: Projeto renovando a cidadania, 2011- Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal

A Região Administrativa (RA) que detém a maior concentração de crianças em situação de rua é Águas Claras com 38,9%; a RA que possui menor índice é o Núcleo Bandeirante com 0,4% (BRASÍLIA, 2011, p.49);

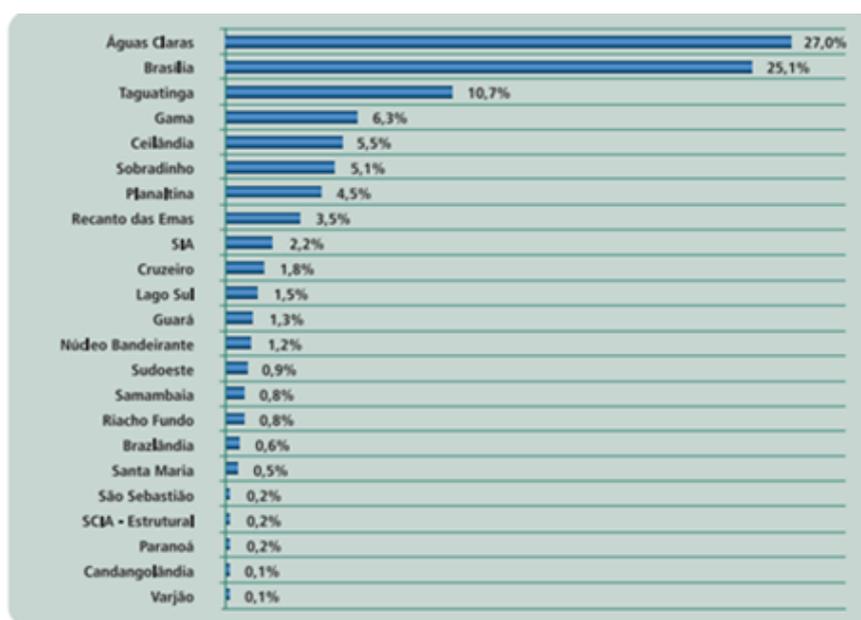
Gráfico 2: Distribuição das crianças em situação de rua por RAs (BRASÍLIA, 2011, p.49).



FONTE: Projeto renovando a cidadania, 2011- Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal

Em relação aos adultos em situação de rua, como mostrado no gráfico abaixo, Águas Claras também representa a Região Administrativa com a maior concentração, tendo 27% dos adultos. Varjão e Candangolândia representam as localidades com o menor número, possuindo apenas 0,1% do total. (BRASÍLIA, 2011, p.79).

Gráfico 3: Distribuição dos adultos pesquisados por RAs (BRASÍLIA, 2011, p79)

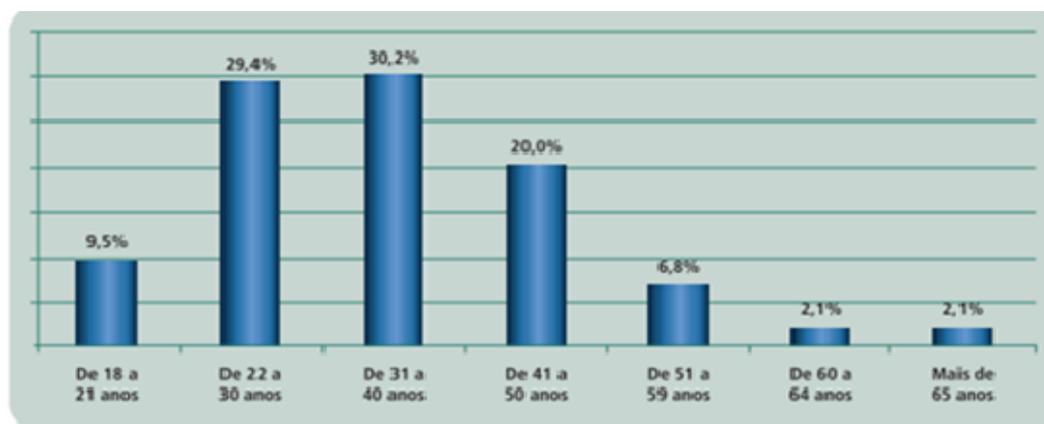


FONTE: Projeto renovando a cidadania, 2011- Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal

A partir da leitura desses três gráficos podemos perceber que os dados em relação a maior e menor concentração de adultos e crianças se assemelham, o que implica no fato de que como as crianças geralmente são mais dependentes de alguém que seja responsável por elas, o que leva a composição dos dados do gráfico onde as crianças tendem a ocupar os espaços que há a presença de um adulto junto com ela. E no caso dos adolescentes já difere mais, tendo em vista que eles buscam ser mais independentes, o que pode influenciá-los a ficar em cidades distintas de seus responsáveis, claro que existem outros fatores que podem ocasionar no distanciamento do adolescente da presença de seu(s) responsável(is).

A faixa etária predominante, dos adultos em situação esta entre 22 a 40 anos, isso corresponde a 59,6% da população pesquisada (BRASÍLIA, 2011, p.80);

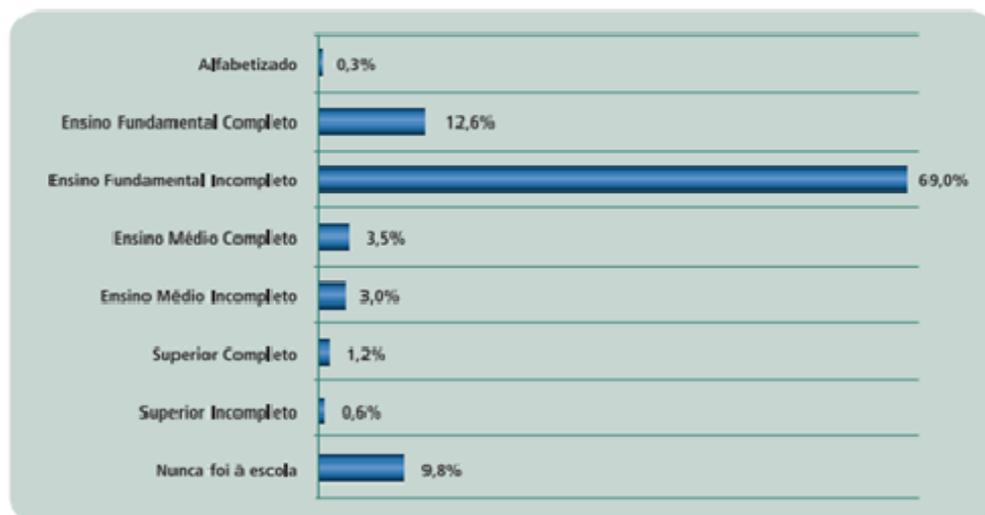
Gráfico 4: Distribuição dos adultos pesquisados por faixa etária (BRASÍLIA, 2011, p.80)



FONTE: Projeto renovando a cidadania, 2011- Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal

Em relação a sua escolaridade a maioria possui ensino fundamental incompleto representando 69% dos adultos que foram entrevistados (BRASÍLIA, 2011, p.85).

Gráfico 5: Grau de escolaridade dos adultos pesquisados (BRASÍLIA, 2011, p.85)

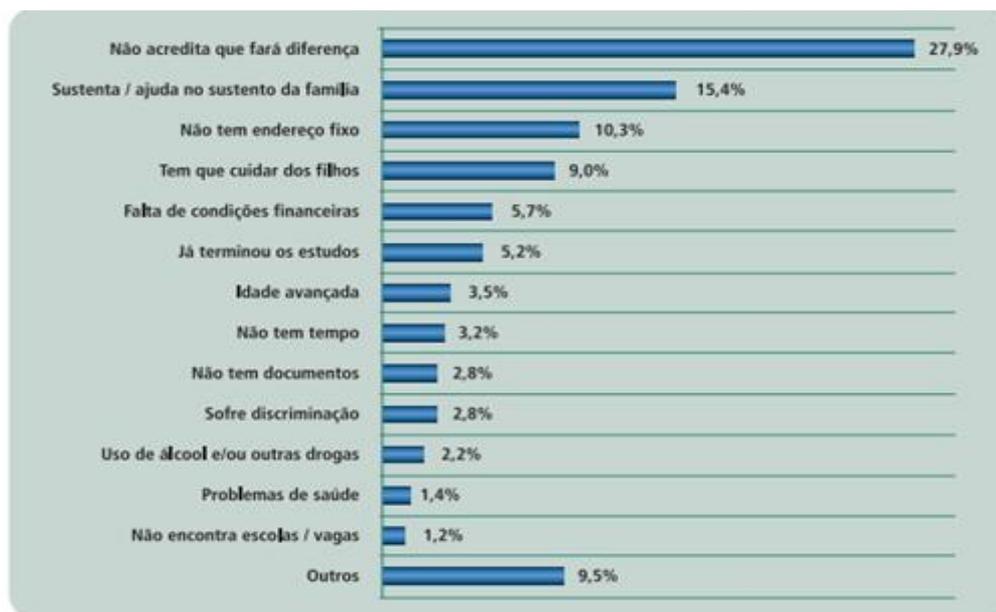


FONTE: Projeto renovando a cidadania, 2011- Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal

O estudo também foi atrás dos motivos que mais acarretam na evasão escolar dessa população, tendo em vista que a maioria evade na época do ensino médio não colando o grau, para tentar compreender o que os levaram a abandonar a escola nesses estágios.

Quanto ao motivo da saída da precoce da escola o que representa maior índice é que os entrevistados acreditam que não fará diferença para eles terminarem ou não os seus estudos equivalendo à 27,9% da pessoas, e o motivo com menor índice é a falta de vagas nas escola que equivale a 1,2% (BRASÍLIA, 2011, p.85)

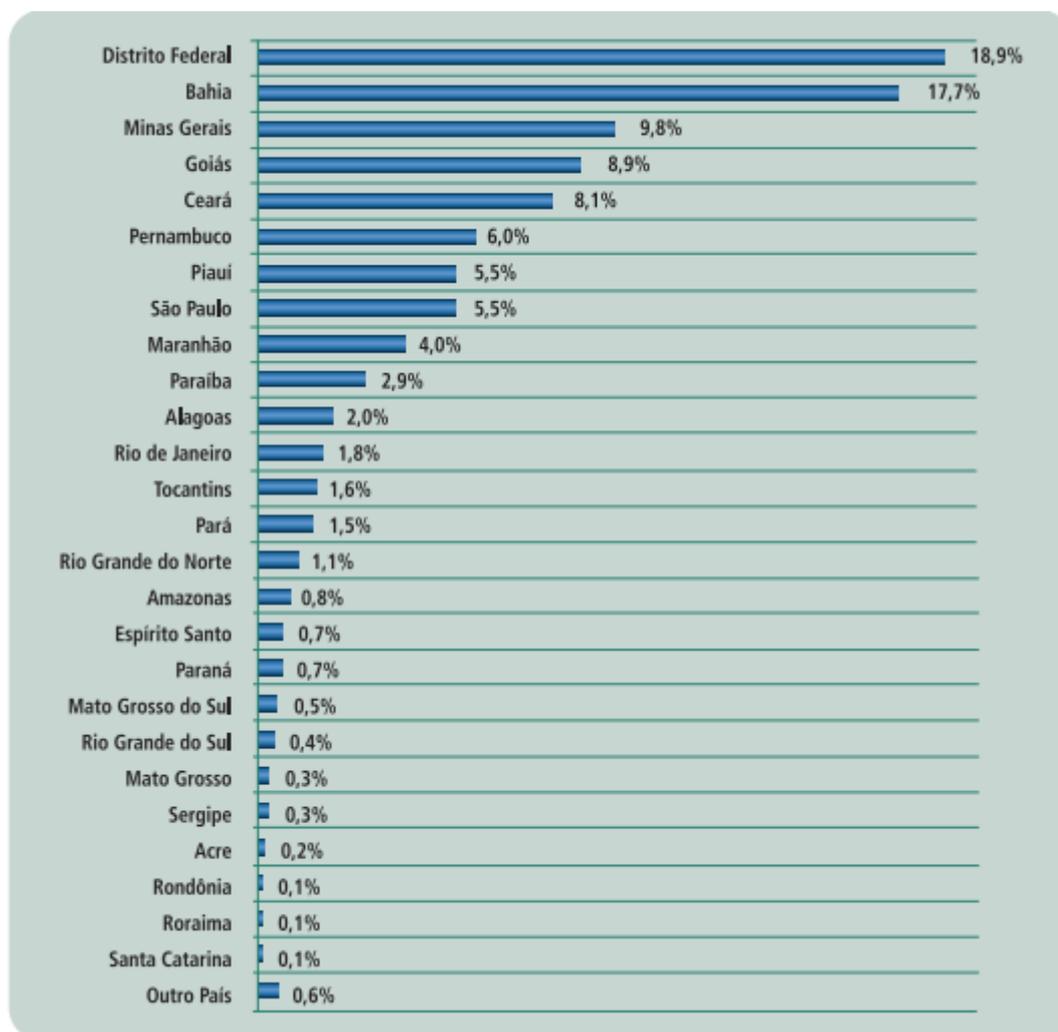
Gráfico 6: Motivos que fizeram os adultos interromper os estudos (BRASÍLIA, 2011, p.85)



FONTE: Projeto renovando a cidadania, 2011- Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal

Em relação à naturalidade das pessoas em situação de rua presentes no Distrito Federal apenas 18,9 % são naturais da própria região, tendo a sua maioria vindo de outros estados e até de outros países, que no caso representam 0,6%.

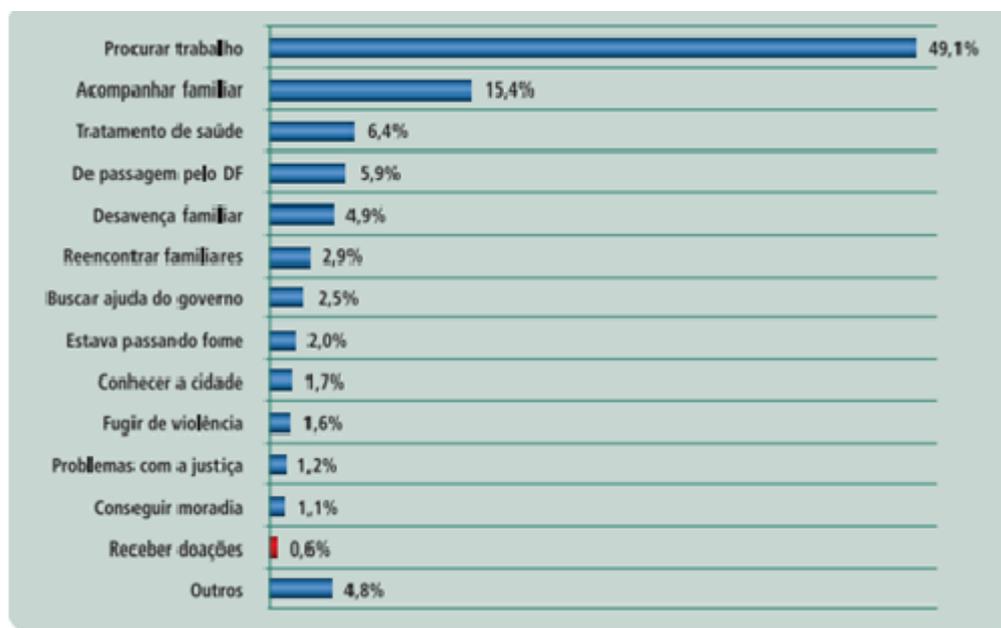
Gráfico 7: Naturalidade dos adultos pesquisados (BRASÍLIA, 2011, p.81)



FONTE: Projeto renovando a cidadania, 2011- Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal

O que os motivaram a vir para o Distrito Federal foi à busca por um trabalho com um índice 49,1% e o que representa o menor índice é vir para o Distrito Federal para receber doações tendo apenas 0,6% dos entrevistados vindo por conta disso. (BRASÍLIA, 2011, p.82);

Gráfico 8: Motivos que fizeram os adultos pesquisados virem para o Distrito Federal (BRASÍLIA, 2011, P.82)



FONTE: Projeto renovando a cidadania, 2011- Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal

Partindo da leitura dos gráficos fica evidente que a maioria da população em situação de rua presente no Distrito Federal não é proveniente da própria região, vindo de outros estados e a faixa etária predominante dessas pessoas está entre os 31 a 40 anos correspondendo a 30,2% e as pessoas entre 22 a 31 anos representam 29,8%. Entre os motivos que fizeram essas pessoas virem para o Distrito Federal à busca por emprego é o fator decisivo em 49,1% e algo que é interessante sobre esses dados é o fato de que a busca por receber doações só foram decisivas para 0,6% das pessoas pesquisadas.

Em relação às principais atividades que eles desempenham para garantir o seu subsídio mensal de renda as que se destacam são:

Gráfico 9: Atividades econômicas desempenhada pelos adultos (BRASÍLIA, 2011, p.94)

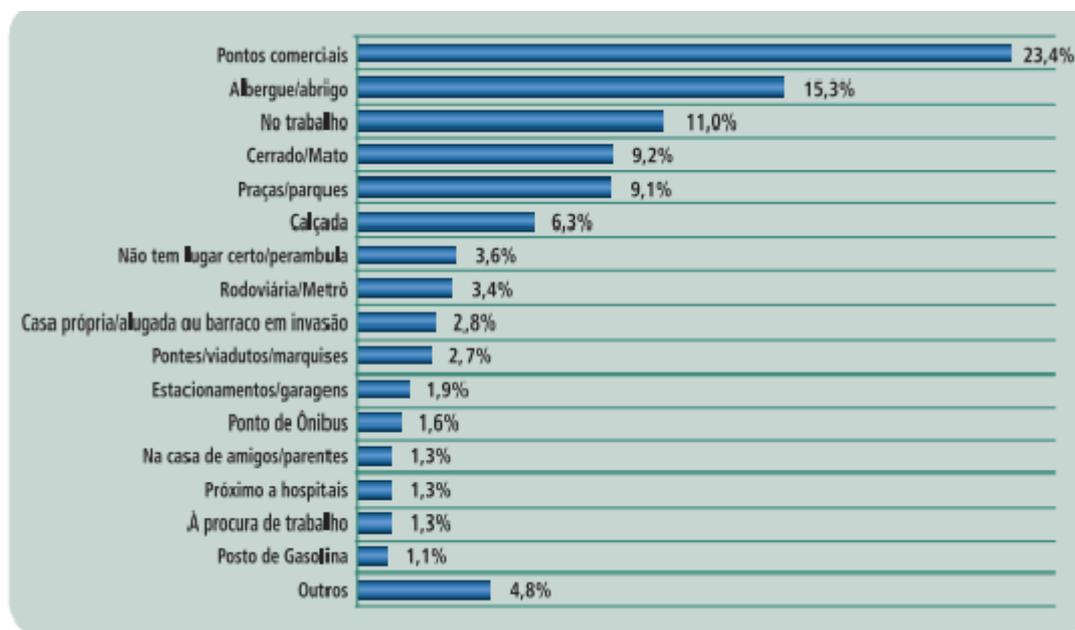


FONTE: Projeto renovando a cidadania, 2011- Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal

Observando os dois gráficos é possível desmistificar um dos preconceitos existentes em relação a essa população, que o fator agravante para estarem e situação de rua é tido quase que exclusivamente devido ao uso de álcool e outras drogas, mas analisando os gráficos é possível analisar que o deslocamento deles para outros estados se relaciona em sua maioria a busca por melhores oportunidades de emprego e as atividades que são principalmente exercidas por esta população também quebra um dos principais preconceitos popularmente agregado a eles que é a mendicância. E no gráfico essa atividade representa 10% (dez por cento) da população, provando que em sua maioria a população busca ficar economicamente ativa ao invés de assumirem o papel de “vagabundos” que são comumente vistos.

Durante o dia os principais lugares que os adultos passam são os que estão expressos no gráfico de numero 10.

Gráfico 10: Lugares que o adulto passa a maior parte do tempo quando acordado (BRASÍLIA, 2011, p.95)



FONTE: Projeto renovando a cidadania, 2011- Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal

Entre os locais de pernoite mais frequentados pelos adultos destacam-se os que estão apontados no gráfico de número 11. Nota-se que há destaque para os albergues ou matas, no cerrado de Brasília. Os pontos comerciais e marquises. Vem na sequência.

Gráfico 11: Local mais frequentado para o pernoite (BRASÍLIA, 2011, p.96)



FONTE: Projeto renovando a cidadania, 2011- Censo da População em Situação de Rua do Distrito Federal

Com base nos gráficos 10 e 11 durante o dia as pessoas que se encontram em situação de rua passam o dia principalmente em postos comerciais representando 23,4% das pessoas pesquisadas e seguido por 15,3% sendo estas pessoas que passam o dia nos albergues ou casas de abrigo e o local menos frequentado são os postos de gasolina contendo 1,1%. Quanto aos principais locais em que dormem os albergues representam 26,2% das pessoas pesquisadas e depois deles o cerrado ou mato é o segundo local mais frequentado com 16%, e o local que é menos utilizado como espaço para dormir são pousadas significando apenas 1% dos pesquisados.

O gráfico 9 mostra quais as principais atividades econômicas exercidas pelos adultos pesquisados, e a atividade como o maior percentual é a de flanelinha representando 21,3% dos pesquisados e a que possui menos correspondência é a de distribuição de panfletos com 1,5% .

Capítulo 2 : Aspectos referentes à deficiência e estimativa de pessoas com deficiência em situação de rua que procuram unidades de acolhimento temporário no Distrito Federal

É grande o percentual de pessoas com deficiência no mundo e no Brasil, de acordo com um levantamento realizado pela Organização das Nações Unidas, aproximadamente 10% da população mundial é composta por pessoas com deficiência. Este percentual aparentemente pequeno representa cerca de 650 milhões de pessoas que, em sua maioria, vivem em países em desenvolvimento. Os apontamentos indicam que 20% das pessoas mais pobres do mundo possuem alguma deficiência. (BAKHOS, OLIVEIRA, 2013, P. 6)

No Brasil, de acordo com o Censo Demográfico 2010 – Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência – divulgado dia 29 de julho de 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 24% da população total do país tem algum tipo de deficiência. Isso corresponde a quase 46 milhões de pessoas (BAKHOS, OLIVEIRA, 2013, P. 6)

Sem dúvida, a quantidade de pessoas depende do conceito de deficiência utilizado. Este por sua vez, vincula-se a uma concepção teórico metodológica. Para falar sobre deficiência é preciso discutir sobre justiça, igualdade e liberdade para pessoas com deficiência vítimas de discriminação e opressão em uma sociedade que pré-estabelece parâmetros de normalidade socialmente aceitáveis. A questão sobre deficiência foi mais amplamente debatida em 2006 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, sendo definido que “discriminação por motivos de deficiência” como qualquer “diferenciação, exclusão ou restrição baseada em alguma deficiência” cujo resultado seja a limitação de acesso a direitos, a políticas de reconhecimento ou a distribuição de bens e recursos (DINIZ e SANTOS, 2010, p.10).

Tradicionalmente, esse conceito foi tratado como um ato técnico de natureza biomédica, possuindo como foco a lesão e as restrições do indivíduo, e ele é visto como o único responsável por suas necessidades, deveria, portanto, procurar tratamento para

se adequar a sociedade. Entretanto, após o reconhecimento de que deficiência não se trata apenas de uma limitação corporal, mas com sua interação com a sociedade e ambiente hostil passou-se a utilizar o modelo social de definição sobre deficiência. Em que para esse modelo ela é explicada como algo além do fenômeno natural e individual, tendo que se observar o um contexto socioeconômico. A deficiência além de reconhecer o corpo com lesão, também denuncia a estrutura social que oprime o diferente (DINIZ, MEDEIROS, BARBOSA, 2010).

Em 30 de março de 2007 foi assinado em Nova York o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo. Estes foram adotados pelo Brasil, em de 9 de julho de 2008, através do Decreto legislativo nº 186 que seu preâmbulo destaca um avanço nessa direção:

“Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2008).”

Primeiro artigo do Decreto Legislativo nº186/2008, traz os objetivos da convenção e mostra qual o conceito que eles adotam sobre pessoas com deficiência:

“O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, 2008,art 1).”

E em 25 de agosto de 2009 foi publicado o Decreto nº6.949 que traz no Art. 1º:

“A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, apensos por cópia ao presente Decreto, serão executados e cumpridos tão inteiramente como neles se contém (BRASIL, DECRETO Nº 6,949, 2009,art 1).”

A promotoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) torna-se espaço privilegiado para avaliar a garantia de direitos às pessoas com deficiência por dois motivos: os casos apresentados à promotoria servem para avaliar as políticas públicas, que tem o papel de garantir que as pessoas com deficiência não sejam discriminadas nos mais diversos espaços de sociabilidade. O outro fator pertinente a se analisar são as queixas que chegam até a promotoria que servem como um anúncio da presente ausência de determinadas políticas públicas para as pessoas com deficiência, ou a não execução de alguma política prevista para essa população.

A primeira organização política sobre deficiência a ser formada e gerenciada por deficientes surgiu foi a Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação (Upias), (DINIZ, 2007, p.14), que tinham como objetivo formar uma resistência política e intelectual ao modelo médico de compreensão da deficiência.

Eles também buscavam que a deficiência fosse assumida como uma questão sociológica, retirando-a do controle discursivo dos saberes biomédicos, onde o modelo social definia deficiência não como uma desigualdade natural, mas como uma opressão exercida sobre o corpo deficiente. Sendo assim, necessário que o tema deficiência não seja apenas matéria dos saberes biomédicos, mas principalmente de ações políticas e de intervenção do Estado. (DINIZ, 2007, p.18). Para facilitar a compreensão um exemplo dessa situação seria o que Oliver um dos integrantes do Upias diz: “minha lesão não está em não poder andar. Minha deficiência está na inacessibilidade dos ônibus” (DINIZ, 2007, p.19).

Diniz afirma que o modelo social e o modelo médico possuem ideias divergentes em relação a ideia do que causa de deficiência:

“Se para o modelo médico o problema estava na lesão, para o modelo social, a deficiência era o resultado do ordenamento político e econômico capitalista, que pressupunha um tipo ideal de sujeito produtivo. Houve, portanto, uma inversão na lógica da causalidade da deficiência entre o modelo médico e o social: para o primeiro, a deficiência era resultado da lesão, ao passo que, para o segundo, ela decorria dos arranjos sociais opressivos às pessoas com lesão. Para o modelo médico, lesão levava a deficiência: para o modelo social,

sistemas sociais opressivos levavam pessoas com lesões a experimentarem a deficiência (DINIZ, 2007, p.23).”

Como as propostas que o modelo social trazia sobre deficiência ganhou forças e outras entidades surgiram e apoiam a visão do modelo social. E em nível internacional foi criada a entidade Internacional de Deficientes, onde o vocabulário usado anteriormente foi revisto:

“No campo dos movimentos sociais, o vocabulário da Upias foi revisto e modificado por uma entidade internacional criada para agregar as entidades nacionais de deficientes, a Internacional de Deficientes (DPI), e em 1982 eles trouxeram novas definições, onde Deficiência significa as limitações funcionais nos indivíduos causadas por lesões físicas, sensoriais ou mentais; handicap sendo como a perda ou limitação de oportunidades em participar na vida normal da comunidade em igualdade de condições com outros indivíduos devido a barreiras físicas e sociais. (DINIZ, 2007, p.34).”

Muitos dos fundamentos teóricos e políticos da Upias foram mantidos, mas a expressão “deficiência” foi alterada por “handicap” pois provavelmente sofreu influências pelos documentos que foram publicados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Essa publicação ocorreu em 1980 e tratava-se de um catálogo oficial de lesões e deficiências a Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e Handicap (ICIDH).

O seu objetivo da OMS era sistematizar a linguagem biomédica relativa a lesões e deficiências e segundo a ICIDH lesão, deficiência e handicap deveriam ser entendidos como: Lesão sendo qualquer perda ou anormalidade psicológica, fisiológica ou anatômica de estrutura ou função; Deficiência é qualquer restrição falta ou resultante de uma lesão na habilidade de executar uma atividade da maneira ou forma considerada normal para os seres humanos; e Handicap é a desvantagem individual resultante de uma lesão ou deficiência, que limita ou dificulta o cumprimento do papel considerado normal. (DINIZ, 2007, p.42).

Após a Organização Mundial de Saúde (OMS) promulgar a Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e Handicap (ICIDH) surgiram críticas sobre as ideias defendidas, as principais críticas eram sobre a defesa de uma tipologia:

“O ICIDH traziam suposições de normalidade para a pessoa humana, ficou parecendo que deficiência seria uma ruptura no papel que se espera que alguém possa realizar na sociedade. (DINIZ, 2007, p.44).”

Outro ponto é a crítica realizada pelo modelo social que se trata dos:

“Equívocos da causalidade entre lesão e deficiência, pressupunha-se que as desvantagens enfrentadas pelos deficientes resultavam apenas das lesões, o enfoque biomédico desconsiderava a possibilidade do inverso ocorrer, ou seja, a possibilidade de os contextos oprimirem as pessoas com lesões e as segregarem socialmente.” (DINIZ, 2007, p.44).

O documento da ICIDH também contribuía para a visão de que:

“As desvantagens tinham origem nas lesões, isto é, no indivíduo o que para o campo das políticas públicas colocar essa perspectiva como uma limitação corporal significa que as ações prioritárias seriam medidas sanitárias, de reabilitação, e não de ações proteção social ou de reparação da desigualdade.” (DINIZ, 2007, p.45).

A revisão da ICIDH teve início na década de 1990 e foi finalizada em 2001 a divulgação da Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF) onde nele o conceito adotado para deficiência foi:

“caracteriza-se pelo resultado de um relacionamento complexo entre as condições de saúde de um indivíduo e os fatores pessoais externos. É um conceito guarda-chuva para lesões, limitações de atividades ou restrições de participação. Denota os

aspectos negativos da interação entre indivíduo e os fatores contextuais (DINIZ, 2007, p.49).”

Ao utilizar o termo deficiência como uma expressão de um fenômeno multidimensional que é resultante da interação entre pessoas e seus ambientes físicos e sociais a Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF) pode se aproximar do modelo social que visa qualificar a deficiência como uma experiência de segregação e opressão, enfatiza o resultado negativo da interação entre corpo com lesões e a sociedade.

Assim como foi tratado na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o conceito adotado para definir pessoas com deficiência é o seguinte:

“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.” (BRASIL, 2008,art 1).”

Será este o conceito utilizado para fins desta pesquisa.

Dos anos noventa para o período atual, tem ocorrido uma expansão de políticas destinadas a diferentes grupos sociais, entre eles as pessoas com deficiência. De forma geral, essas políticas seguem pressupostos internacionais que tomam como base o discurso em prol dos direitos educacionais e sociais dessas pessoas, visando garantir equidade de oportunidades, mas não garantindo igualdade de condições (DENISE, 2011, P.39)

A perspectiva adotada para a concepção dessas políticas contribui na responsabilização do sujeito pelo seu “sucesso” ou “fracasso” no emprego, ou em outros âmbitos da vida social, pois, apesar de reconhecer os direitos individuais não se responsabiliza pelas condições determinantes das desigualdades sociais e de poder, fato que é reforçado pela falta de condições efetivas para que ocorra a integração e mobilidade social no sistema social econômico vigente. (DENISE, 2011, P.39).

Um parâmetro para comparar melhor essa ideia de deixar por conta do sujeito sem alterar essas condições determinantes é dito por Freitas da seguinte forma:

A exclusão se faz, de fato, segundo a bagagem cultural do aluno, o que permite que ela ocorra no próprio interior da escola de forma mais sutil, ou seja, internalizada (inclusive com menos custos políticos, sociais e com eventual externalização dos custos econômicos) e permite dissimular a exclusão social já construída fora da escola e que agora é legitimada a partir da ideologia do esforço pessoal no interior da escola responsabilizando o aluno pelos seus próprios fracassos (apud Freitas, 2011 P,39).

Esse modo de operar faz com que o simples fato de estar inserido em algum ambiente, seja a escola, ou uma casa de acolhimento temporário venha a aparecer como garantia da diminuição das desigualdades sociais, o que apenas serve para “camuflar” a discussão sobre porque o serviço é prestado da forma que é e a sua baixa qualidade.

A derivação dessa baixa qualidade vem do fato de que para a inclusão de pessoas com deficiência são necessários suportes especializados e recursos humanos específicos.

E pensando nas políticas para a população em situação de rua, o serviço prestado em grande parte é ofertado por ONG's o que pode gerar um sucateamento por falta de supervisão ou a falta de recursos para o funcionamento dessas organizações, e pensando-se nas pessoas com deficiência que também se encontram em situação de rua sua situação pode se agravar já que há a possibilidade necessitarem de instituições onde não tem o mínimo suporte, seja de estrutura ou de recursos humanos, para esse grupo populacional para a sua permanência nessas instituições.

No que tange a educação das pessoas com deficiência no Brasil os debates sobre a política de “educação inclusiva” ocorreu mais acirradamente em 1996 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDBEN) Lei nº 9.394/96. Lei que acabou influenciando na criação do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10172) que se refere aos orçamentos da educação onde o papel da união diminuía, pois ocorria a descentralização do sistema, onde dizia-se que o objetivo era “otimizar” is

recursos orçamentários, humanos e físicos já existentes nos municípios e estados (DENISE, 2011, P. 42).

Ainda em relação a LDBEN o art. 58 que traz que o ensino das pessoas com deficiência deve ser realizado “preferencialmente” na rede de ensino regular, na época em que foi promulgada foi vista pelas pessoas que lutavam por uma proposta de “educação inclusiva” como algo ambíguo já que mesmo tratando como deveria ser realizada o ensino desse grupo, não aparentava que de fato seria um fator de garantia ao direito de acesso à escola ou em eventuais mediadas para apoiar seus alunos (DENISE,2011, P.43).

No período de 2003 a 2011 durante o governo Lula, ocorreu uma ampliação significativa em diversos setores para a promoção da educação, realizando investimentos políticos e financeiros. E essas políticas tinham como objetivo, segundo o programa:

“Combater as mazelas socioeconômicas características da parcela de baixo poder aquisitivo da população e dessa forma promover condições de inclusão social a todos os segmentos da sociedade, em especial, aos que se encontram em situação de desvantagem.” (SOARES, 2010, P.31)

No primeiro ano do governo, teve início a implementação do Programa Federal Educação Inclusiva: *direito à diversidade* em diferentes municípios do país com o objetivo de disseminar a política de “educação inclusiva” de pessoas com necessidades especiais. Este programa se orienta a partir de um conjunto de preposições da Organização das Nações Unidas (ONU) que segue a estratégia da multiplicação, em que este recurso visa garantir a expansão e a reprodução de conhecimentos sobre as políticas de educação inclusiva (SOARES, 2011)

Sendo essa estratégia da multiplicação elaborada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) juntamente com a Coordenadoria Nacional para a Integração da Portadora de Deficiência (CORDE) sendo que sua compreensão fica melhor após a análise do documento *A Inclusão de pessoas com deficiência no Brasil: Como multiplicar esse direito*. A promoção dele foi realizado pela Subsecretaria da promoção

dos direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) em 2009 aonde o efeito de multiplicação pode ser subtendido como:

“O trabalho com pessoas com deficiência é um eterno jogo de multiplicar [...] A formação de um pode representar a informação de muitos e o bem estar de milhares que dependem da disseminação de uma cultura plural para o sucesso de um programa de formação de agente multiplicadores dos direitos das pessoas com deficiência (BRASIL, 2008, P41)”

Entretanto em sua pesquisa Soares (2010) mostra que essa estratégia enfrenta inúmeras barreiras, para a sua operacionalização. Dentre eles é destaque a falta de avaliação e acompanhamento por parte da Secretaria de Educação Especial que toma como referencia apenas dados quantitativos, a descontinuidade de governos e/ou descontinuidade das ações, a falta de participação e de discussão coletiva entre os participantes do programa, entre outras ações que dificultam a efetivação (DENISE, 2011, P.45).

Outro fator que contribui para a dificuldade da implementação da “educação inclusiva” é o déficit de profissionais, que possuam formação necessária para atender as demandas dos alunos com deficiência. E também a presença nos municípios centros de ensino especial, que são instituições de ensino voltado para a educação exclusiva das pessoas com deficiência, e esses centros acabam se apresentando como uma medida segregacionista, já que com a criação desses centros de ensino acaba “aliviando” a responsabilidade dos outros centros de ensino com a capacitação dos seus profissionais e a sua responsabilidade em oferecer espaços para a integração das pessoas com deficiência.

Outro momento em que podemos perceber uma precarização em relação aos direitos das pessoas com deficiência é em relação a sua inserção em outras esferas da sociedade, como a do trabalho por exemplo. E também quando se trata das políticas de aposentadoria relacionado a eles, o que pode ser observado pelos dados que se seguem abaixo. Verificando-se dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstra que 61,1% das pessoas com deficiência maiores de 15 anos de idade não

possuem nenhuma instrução ou têm apenas o ensino fundamental incompleto (o percentual cai para 38,2% em se tratando de pessoas sem nenhuma deficiência nesta mesma faixa etária). (BAKHOS, OLIVEIRA, 2013, P. 7)

Do total de pessoas com deficiência em idade ativa (44 milhões de pessoas), mais da metade não é economicamente ativa ou está desocupada. Dentre as pessoas com deficiência com alguma ocupação, 46,4% ganham até um salário mínimo ou não são remuneradas. (BAKHOS, OLIVEIRA, 2013, P. 7)

Em relação a inserção de pessoas com deficiência foi promulgado o (Decreto nº 7.612/2011 que se tratava do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência *Viver sem Limite* onde as principais propostas tratam sobre garantia de acesso as educação e saúde. O plano também prevê a reserva de vagas na concessão de bolsas em cursos de formação profissional técnica e de qualificação profissional oferecidas pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Para estimular ainda mais a contratação de profissionais com deficiência no mercado de trabalho, além da obrigação legal de cumprimento das cotas estabelecida pelo art. 93 da Lei 8.213/91, os governos regionais podem criar outras formas de incentivo como, por exemplo, o Programa de Apoio ao Emprego de Deficientes da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, que oferece às empresas, de forma gratuita, palestras sobre contratação e integração da pessoa com deficiência, pré-seleção dos candidatos e orientação para elaboração de plano de trabalho. (BAKHOS, OLIVEIRA, 2013, P. 7).

Apesar de esforços para garantir a inserção de profissionais no mercado de trabalho, não se consegue vencer todas as barreiras para garantir sua contratação ou acesso a determinados locais, pois, de acordo com o Conade, o preconceito por parte dos colegas de trabalho e a necessidade de adaptação dos ambientes estão entre as principais reclamações dos profissionais com deficiência. (BAKHOS, OLIVEIRA, 2013, P. 8).

Em relação as regras de aposentadoria BAKHOS faz a seguinte análise acerca das mudanças que ocorreram:

As novas regras de aposentadoria das pessoas com deficiência (LC 142/13) somente beneficiarão as pessoas com deficiência que conseguirem superar todos estes obstáculos sociais e econômicos, além das barreiras ambientais que em muito dificultam o acesso das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. (BAKHOS, OLIVEIRA, 2013, P. 8). De acordo com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), trazidos pela lei complementar n. 142/2013 para a aposentadoria por tempo de contribuição (B 42), em geral, são necessários 35 (trinta e cinco) anos ou 30 (trinta) anos de contribuição, em se tratando de homem ou mulher, respectivamente. Para a aposentadoria por idade (B 41), são necessários 65 (sessenta e cinco) anos de idade se homem, ou 60 (sessenta) anos de idade se mulher. (BAKHOS, OLIVEIRA, 2013, P. 9).

Nessa parte é possível perceber que mesmo que tenham ocorrido mudanças que possam mostrar que pessoas com deficiência tenham condições de ter acesso ao trabalho, essa política ainda é limitada, pois não há medidas efetivas que possam incluir as pessoas com deficiência que têm condições de trabalhar mas não conseguem superar os obstáculos para ter acesso ao trabalho. E o Bakhos ainda fala sobre como vai ser definido o tempo de aposentadoria para as pessoas com deficiência:

Também implantou reduções na contagem de tempo de contribuição para as aposentadorias por tempo de contribuição das pessoas com deficiência, bem como reduções na idade para os segurados com deficiência nessa modalidade de jubilação. (BAKHOS, OLIVEIRA, 2013, P. 9).

E faz uma divisão sobre os “níveis de deficiência” para calcular a redução do tempo de contribuição necessário para a aposentadoria:

Para as deficiências leves a redução do tempo de contribuição necessário para a aposentadoria é de 02 (dois) anos, assim segurados homens com deficiência leve poderão se aposentar com 33 (trinta e três) anos de contribuição, enquanto seguradas mulheres com deficiência leve poderão se aposentar com 28 (vinte e oito) anos de contribuição. Para as deficiências moderadas a redução do tempo de contribuição necessário para a aposentadoria é de 4 (quatro) anos, assim segurados homens com deficiência moderada poderão se aposentar com 29 (vinte e nove) anos de contribuição, enquanto seguradas mulheres com deficiência moderada poderão se aposentar

com 24 (vinte e quatro) anos de contribuição. Para as deficiências graves a redução do tempo de contribuição necessário para a aposentadoria é de 10 (dez) anos, assim segurados homens com deficiência grave poderão se aposentar com 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, enquanto seguradas mulheres com deficiência grave poderão se aposentar com 20 (vinte) anos de contribuição (BAKHOS, OLIVEIRA, 2013, P. 9).

Para facilitar a compreensão da citação a cima segue um quadro a baixo, sendo que de uma “avaliação” para a outra ocorre a diminuição de 4 anos do tempo necessário de contribuição:

Gráfico 12: Calculo da aposentadoria para pessoas com deficiência

“Avaliação” Deficiência	Tempo de contribuição de Homens	Tempo de contribuição de Mulheres
Leve	33 anos	28 anos
Moderada	29 anos	24 anos
Grave	25 anos	20 anos

Além desses limites, quando se pensa em pessoas com deficiência em situação de rua, tudo piora. Não existem dados de pesquisa sobre pessoas em situação de rua com deficiência. Isso é um limite para a análise das dificuldades que essas pessoas enfrentam para conseguir ter acesso aos seus direitos, como por exemplo acesso as casas de acolhimento temporário, foco desta pesquisa, acesso a instituições de saúde, educação, trabalho e outros.

Capítulo 3: Pessoas com deficiência em situação de rua e as dificuldades de acesso à casa Santo André e à UNAF.

Com a criação da lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que se trata da Lei Orgânica da Assistência Social, foram criados alguns preceitos quanto a assistência social:

“sendo ela agora tida como direito do cidadão e dever do Estado, sendo Política de Seguridade Social não contributiva, que prove mínimos sociais que deve ser realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).”

Ela traz conceitos básicos para o que deveria ser realizado no âmbito da Assistência Social trazendo alguns princípios e diretrizes para o seu regimento sendo eles:

Dos Princípios

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Das Diretrizes

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Mesmo trazendo diretrizes e princípios importantes sobre o que seria a Assistência Social, somente em 2004 que se iniciou um debate mais aprofundado sobre o assunto, com a criação da Política Nacional de Assistência Social PNAS de 2004² abordou os outros conceitos que tangem a área da assistência:

“Nessa direção, a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (BRASIL, PNAS, 2004, p. 13).”

E para a perspectiva de atuar no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a PNAS ressalta alguns campos de atuação para serem considerados como meios estratégicos:

“A Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação, salientando que as novas tecnologias da informação e a ampliação das possibilidades de comunicação contemporânea têm um significado, um sentido técnico e político, podendo e devendo ser consideradas como veios estratégicos para uma melhor atuação no tocante às políticas sociais e a nova concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social (BRASIL, PNAS, 2004, p. 14).”

E uma das principais políticas voltadas para a população em situação de rua são as das casas de acolhimento, as quais funcionam como abrigo temporário e/ou emergencial e dependendo das normas internas a estadia ocorre principalmente para o pernoite.

² Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004 disponível em : http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

A Casa Santo André e a Unaf caracterizam-se como unidade de atendimento temporário. É sobre estas que falaremos a seguir.

3.1 UNAF: histórico de criação, rede de acolhida e funcionamento.

Antes de ser renomeada para Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias (UNAF) essa instituição era denominada como Albergue Conviver (ALBERCON) e foi fundado em setembro de 1990 e ainda é localizada em Taguatinga, ou mais precisamente no Areal, o local é dividido em dois espaços físicos, que são colocados separadamente a área dos alojamentos e a área administrativa.

A capacidade máxima de alojamento chega a 450 pessoas (na época em que era ALBERCON), e atualmente a capacidade é de 170 pessoas o que logicamente não é um número que consiga atender a toda a população que está em situação de rua no Distrito Federal, e segundo CAVIGNAC (2009) o tempo de permanência variava, mas normalmente era de 15 dias sendo possível a renovação para mais 15 dias. E quando se tratando de casos de tratamento de saúde estende-se o prazo para até 3 meses, mas o que mais ocorria era que fosse indicado para a pessoa alojada na instituição para buscar o tratamento em sua cidade de origem.

A Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias (UNAF) atua na área dos serviços de proteção de alta complexidade e de acordo com a resolução Nº 109 de 11 de novembro de 2009³ do Conselho Nacional de Assistência (CNAS) foi decidido que os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade seriam:

“Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis. Deve funcionar em unidade inserida na comunidade

³ RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009 disponível em: http://www.mds.gov.br/suas/noticias/resolucao_cnas_no109_-_11_11_2009_-_tipificacao_de_servicos.pdf

com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos (as) usuários (as), oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade (BRASIL, 2009, p 30)”

A forma que o acolhimento ocorre depende de em qual dos grupos a pessoas em situação de rua se encontra, no caso de adultos e famílias que se encontram em situação de rua o acolhimento é:

“provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de auto sustento.” (BRASIL,2009, p 31).

A PNAS também prevê como ocorrerá a distribuição das pessoas em situação de rua nos espaços urbanos:

“Deve estar distribuído no espaço urbano de forma democrática, respeitando o direito de permanência e usufruto da cidade com segurança, igualdade de condições e acesso aos serviços públicos. (BRASIL, 2009, p 31)”.

Em relação aos indivíduos refugiados ou em situação de tráfico de pessoas a PNAS define que:

O atendimento a indivíduos refugiados ou em situação de tráfico de pessoas (sem ameaça de morte) poderá ser desenvolvido em local específico, a depender da incidência da demanda, devendo ser realizado em unidade institucional semelhante a uma residência com o limite máximo de 50 (cinquenta) pessoas por unidade e de 4 (quatro) pessoas por quarto, com profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários. Onde Busca promover o desenvolvimento de condições para a independência e o auto cuidado

e o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva (BRASIL,2009, p 31)”.

E quando se trata de jovens e adultos com deficiência que se encontram em situação de rua o acolhimento deles ocorre quando:

“Familiares estejam rompidos ou fragilizados. É previsto para jovens e adultos com deficiência que não dispõem de condições de auto sustentabilidade, de retaguarda familiar temporária ou permanente ou que estejam em processo de desligamento de instituições de longa permanência. Deve ser desenvolvido em Residências Inclusivas inseridas na comunidade, funcionar em locais com estrutura física adequada e ter a finalidade de favorecer a construção progressiva da autonomia, da inclusão social e comunitária e do desenvolvimento de capacidades adaptativas para a vida diária. E Desenvolver capacidades adaptativas para a vida diária, a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência e o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva. (BRASIL, 2009, p 31)”.

Os objetivos que se espera alcançar ao realizar o acolhimento nessas instituições é o de:

“Acolher e garantir proteção integral; Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos; Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais; Possibilitar a convivência comunitária; Promover acesso à rede sócio assistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais; Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia; Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacional interno e externo, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público. (BRASIL, 2009, p 32)”.

Aqui registra-se a importância desta casa de acolhimento temporário para a garantia do direito dessa população em situação de rua para acesso a um local para a alimentação e anteriormente o per noite serviço que antes era oferecido apenas pela instituição, no entintando esse serviço não é mais ofertado. Caracteriza-se como uma unidade pública onde as normas internas diferem em algumas áreas de instituições privadas que recebem o apoio do governo para o seu funcionamento, como por o

exemplo a Casa Santo André, que prevê a participação dos “acolhidos” em atividades da Casa.

3.2 A casa Santo André: histórico de criação, rede de acolhida e funcionamento.

Todas as informações referentes a Casa Santo André neste capítulo foram retiradas do site da instituição⁴ e o que se pode encontrar em relação a sua criação é que a ideia da criação da Casa se deu a partir do nascimento de outra entidade, por iniciativa do diácono Ribamar:

“A ideia da criação da Casa Santo André se deu em 15 de fevereiro de 2005 com o nascimento da Associação, em apoio ao Paciente com Câncer (AAPaC) quando o seu fundador realizava um tratamento em Goiânia-GO e observou que algumas pessoas presentes ali possuíam dificuldades para a sua locomoção e para a alimentação devido a falta de recursos, então o diácono compartilhou a ideia de fazer algo para essa população com um amigo empresário que lhe cedeu espaço no subsolo de um prédio comercial no setor central do Gama onde a AAPaC começou a funcionar fornecendo transporte, cestas básicas e remédios aos pacientes.”

Desse modo, o início do trabalho já se deu com a ideia e caridade, filantropia. Essa marca ficou impregnada nas atividades, inclusive se estende até data atual. O ponto de partida foi destruição de sopa, como se pode ler:

“O início do trabalho com pessoas em situação de rua se deu com a distribuição de sopas e, em seguida, tendo o apoio da capela Santo André, passou a fornecer um espaço para a população em situação de rua tomar banho entre outras necessidades básicas como jantar.”

Após algum tempo estabelecido no local cedido para o seu funcionamento receberam um comunicado:

⁴ O histórico da criação da Associação Casa Santo André pode ser obtido no site da instituição, onde se pode obter outras informações referentes ao seu trabalho, estando disponível em: <https://www.casasantoandre.org.br/quem-somos>

“Mas, na manhã de 30 de novembro de 2007 o diácono Ribamar recebeu um aviso de que o prédio comercial em que eles atuavam tinha sido vendido e eles precisavam desocupar, no entanto neste mesmo dia por volta das 14 horas ele foi comunicado que o pedido da Associação de Apoio ao Paciente com Câncer tinha sido aceito e que eles poderiam utilizar o espaço situado no Setor Sul do Gama para instalar um espaço de apoio para as pessoas em situação de rua. E como este dia 30 de novembro é o dia de Santo André foi decidido que este seria o nome da casa.”

E então o local aonde viria a ser a sede de funcionamento da Associação Casa Santo André foi inaugurada:

“No dia 25 de junho de 2008, foi inaugurada A Casa de Apoio ao Morador de Rua com o nome de Casa de Apoio Santo André. E o primeiro grupo que colaborou com a entidade foi o Alcoólicos Anônimos (AA), ao auxiliar no estabelecimento de normas e de horários. Também, desde o início, a Pastoral da Sobriedade esteve presente auxiliando que oferecia uma reeducação e espiritualidade dos residentes.”

Assim após 5 (cinco) anos a Casa Santo André (CSA) recebe um convite da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, para participar de um convenio com o Governo do Distrito Federal para execução de um programa:

“Em 2013, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal convidou o fundador a executar o programa Cidade Acolhedora, por meio dos convênios, foram contratadas pessoas de diversas áreas, num trabalho multidisciplinar para atuar no resgate dos moradores de rua: são profissionais que atuam no serviço de abordagem e nas Unidades de Acolhimento.”

Fora o auxílio do Governo do Distrito Federal a CSA conta com outras formas de apoio para seu funcionamento:

“Conta com o apoio imprescindível de voluntários, incluindo os responsáveis pela direção da entidade. Graças a essa iniciativa, pode-se oferecer alimentação, assistência espiritual, atendimento psicossocial, encaminhamento hospitalar, passagens para quem quer retornar ao seu local de origem, após contatos com familiares, entre outros serviços.”

Nesses 12 anos de história a Casa Santo André consolidou o seu serviço com a expansão das cidades em que atua e as intervenções ofertadas:

“A Casa Santo André possui 5 Casas de Acolhimento (Gama e Sobradinho) sendo elas 4 Casas Masculinas e 1 Casa Feminina (Mulheres e crianças acompanhadas de suas mães); tem capacidade para acolher ao todo 220 pessoas; possui 15 Equipes de Abordagem Social e; 3 Núcleos de Atendimento Psicossocial - NUAPSI (Gama, Taguatinga e Plano Piloto).”

Os objetivos que a CSA define para a sua atuação com a população em situação de rua são:

“Oferecer o Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade Casa de Passagem para adultos e famílias em situação de rua, em desabrigo por abandono, migração, ausência de residência ou em trânsito e sem condições de auto sustento, de modo a ofertar o atendimento integral e contribuir para a proteção social dos mesmos a redução da violação de direitos e seus agravantes ou reincidências. E de objetivos mais específicos Mediar vínculos familiares e/ou sociais, possibilitar a convivência comunitária, promover acesso à rede sócio assistencial e às demais políticas públicas Desenvolver condições para a independência e a autonomia e Promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva.”

A criação da Casa Santo André esta ligada a um caráter filantrópico e apesar de ter firmado um convênio com o Governo do Distrito Federal através do programa Cidade Acolhedora, o caráter da filantropia ainda se estende nas suas diretrizes, algo reconhecível em suas campanhas ou até na logo do site, onde ao acessar a frase de “impacto” é “ *Acolhendo e Cuidando de Quem Mais Precisa de Ajuda*”.

Como a instituição teve sua fundação e base católica esta frase passa para a população a imagem que o serviço prestado é realizado tendo como motivação a solidariedade e fundamentos religiosos, o que descaracteriza o serviço prestado pela unidade como garantia de direitos da população em situação de rua para algo de caráter caritativo.

3.3 Tramites de acesso as casa de acolhimento no Distrito Federal

A UNAF e a Casa Santo André, atuam na área de serviços de proteção social de alta complexidade, pois tratam-se de unidades de acolhimento para as pessoas em situação de rua. Para ter acesso aos serviços prestados é necessário que a pessoa possua o perfil de atendimento da casa de acolhimento, possuir encaminhamento de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), solicitando uma vaga na unidade ou por demanda espontânea, onde neste último caso é mais complicado conseguir vaga tendo em vista que a capacidade desses espaços é limitada, quando possuem condições para realizar o acolhimento é analisada a prioridade de cada usuário.

A Casa Santo André difere da UNAF em relação ao perfil de pessoas que são acolhidas na instituição, na CSA os homens acima de 18 anos não podem permanecer na mesma instituição que as mulheres e crianças, tendo que ficar em casas diferentes, podendo dessa forma separar uma família afastando o pai dos filhos e da companheira e deixando a responsabilidade de cuidar dos filhos na instituição com a mãe. Já a UNAF possui um espaço para que as famílias permaneçam juntas sem a necessidade de separar o pai ou a mãe do contato com seus filhos.

As duas unidades possuem um tempo de 90 (noventa) dias de permanência para as pessoas, podendo ser reduzido ou estendido dependendo da demanda. Mas em situações normais o tempo é reduzido quando devido a descumprimento das regras ou advertências seja necessário realizar o desligamento do usuário.

3.4.Limites de acesso pelas pessoas com deficiência, as unidades de acolhida temporária

Para a realização desta pesquisa foi solicitado das unidades de acolhimento pesquisadas os seguintes dados em relação ao serviço prestado por elas:

- a) Quantidade de pessoas com deficiência que acessaram os serviços da unidade de acolhida temporária no ano de 2016, especificados por abrigo e atendimentos em forma de abordagem individual sem utilização de pernoite;
- b) Indicadores percentuais do perfil destas pessoas atendidas por gênero, faixa etária, nível educacional, cor/etnia, local de origem (se de Brasília ou de fora de Brasília);
- c) Média do tempo de permanência em abrigo e reincidências de atendimento no caso de abordagem individual;
- d) Principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência para acesso à unidade de atendimento, destacando se estas dificuldades relacionam-se à estrutura física da unidade, limitação dos serviços ofertados (por exemplo: poucas vagas para abrigar; poucos servidores/ trabalhadores para atender às demandas etc); dificuldades de mobilidade e locomoção da pessoas com deficiência;
- e) Relacionar os principais tipos de deficiências identificados, considerando as pessoas atendidas (física, mental/intelectual, auditiva; visual etc.)
- f) Relacionar as principais demandas das pessoas com deficiência;
- g) Principais reivindicações das pessoas em situação de rua com deficiência ao se dirigirem a essa unidade ;

O primeiro contato para o pedido dos dados ocorreu através de ligação por volta do mês de novembro de 2017, onde na UNAF eles anotaram meu número e retornariam para marcar um dia para ir a unidade para discutir melhor sobre o que se tratava o trabalho não retornando a ligação. Com a Casa Santo André já foi possível ir na unidade na mesma semana em que foi realizada a ligação e havia sido acordado de iniciar a pesquisa antes que a assistente social do unidade entrasse de férias. Contudo por conta de vários problemas incluindo a questão da saúde do meu pai fiquei impossibilitado de continuar com o trabalho só retornando a fazer a pesquisa por volta de agosto, onde durante esse período a assistente social e o coordenador geral da CSA que autorizaram a pesquisa haviam saído da instituição sendo necessário entrar novamente em contato com ambas a unidades novamente.

E por causa disso no dia 01/10/2018 foram entregues e protocolado em ambas a unidades um documento contendo os dados que são necessários para a pesquisa e cujo a copia de ambos encontra-se como anexo.

Contudo, infelizmente não houve resposta em relação à liberação dos dados, o que impossibilitou a análise aprofundada sobre os limites que as pessoas com deficiência podem encontrar nas unidades de acolhimento, o quantitativo do acolhimento, as principais demandas dessas pessoas possuem ao chegar a estas unidades, entre outras informações que foram solicitadas. Sendo necessário basear a análise dos limites nas experiências realizadas pelo discente no estágio obrigatório do curso e em análise documental.

É importante ressaltar que em relação à Casa Santo André a análise de estrutura física e outros elementos são com base na unidade sede, local onde foi realizado por este pesquisador, o estágio obrigatório e referente ao período da sua realização, já que é possível que outras mudanças possam ter ocorrido na unidade. Quanto a sua estrutura a adaptação mais facilmente observável são as rampas que a instituição possui para possibilitar a maior mobilidade de pessoas com cadeira de rodas que possam estar acolhidas, em relação aos quartos as camas são beliches, sem diferenciação da cama, o que ocorre é que a cama da parte de baixo pode ser dada como preferência para alguém dependendo da situação, a sala do psicossocial que são realizados os atendimentos não é o suficiente para garantir o sigilo profissional, pois dependendo da situação é necessário que algum dos profissionais libere a sala para que o atendimento possa ser realizado., já que a sala é compartilhada por todos os profissionais podendo ter que ser dividida com até 4 (quatro) pessoas fora os estagiários.

Quanto as demandas externas apesar da CSA disponibilizar veículo para conduzir os funcionários, ou os acolhidos dependendo da demanda, é normal o veículo não ser o suficiente para cobrir a demanda de todas as unidades da CSA, ou também ocorria a falta de recursos financeiros para manter o funcionamento deles.

Em relação a UNAF não se teve acesso ao espaço para conseguir realizar a análise da estrutura interna, mas na visita à instituição foi possível observar que na entrada possuiu a rampa para acesso a unidade e em outras áreas também existem essas rampas para facilitar a circulação de pessoas com cadeira de rodas, infelizmente não foi possível ver como é a sala do psicossocial onde são realizados os atendimentos.

Todavia, o que é mais significativo é o fato do não fornecimento dos dados. Assim, não se sabe se eles existem ou se simplesmente nem são produzidos. Em qualquer das hipóteses, este constitui o maior limite às pesquisas e produção de conhecimento sobre o assunto. E se este conhecimento não é produzido, mais difícil se torna modificar a realidade adversa aos direitos dessas pessoas.

Considerações finais

Durante a realização do trabalho foram enfrentadas dificuldades para a realização da pesquisa como já mencionadas anteriormente, portando o trabalho ficou limitado a uma análise das experiências do discente no período do estágio realizado na CSA, onde no período de um ano foi possível observar algumas das demandas mais comuns da unidade bem como algumas limitações enfrentadas para cumprir com as demandas que surgem. E a ida a UNAF que apesar de breve deu para ver um pouco da unidade.

Ambas as unidades possuem uma infraestrutura mínima para garantir a locomoção de pessoas com cadeira de rodas, mas se for analisado outros tipos de deficiências que as pessoas acolhidas nas unidades não podem garantir a estrutura necessária para a permanência de algumas pessoas, como por exemplo uma pessoa que não possui a visão encontraria dificuldade para se adaptar ao local.

Fora as questões estruturais, há a questão dos funcionários, onde a instituição não ofertam nenhum tipo de preparo para eles visando a capacitação para prepara-los para o atendimento/acolhimento de pessoas que possuem um quadro mais grave de deficiência onde suas limitações são maiores.

Também a indisponibilidade de terem o veiculo da instituição presente sempre que necessário para poder atender uma demanda externa que essas pessoas possam ter exemplar uma consulta que foi marcada pela instituição em um posto de saúde próximo a unidade e sendo necessário que eles marquem para ter a demanda atendida apenas quando o veiculo estiver disponível ou que eles vão por conta própria para o local em que devem ir para prestar o atendimento.

Infelizmente devido à falta de dados não foi possível ter um quantitativo de quantas pessoas com deficiência são atendidas por essas unidades e nem seus indicadores percentuais sobre o perfil delas, cor/etnia, gênero, faixa etária, local de origem, etc. E incapacitando de analisar quais seriam as principais barreiras que as

pessoas com deficiência em situação de rua enfrentam para o acesso e permanência nessas unidades de acolhimento e quais os principais tipos de deficiência identificados nos atendimentos realizados.

Se faz necessário analisar qual é o interesse que o Estado possui ao realizar o repasse de recursos públicos para organizações não governamentais e em conjunto transferir a responsabilidade de atender as demandas dessa população a elas, pois ao analisarmos a forma como o serviço é realizado é evidente que não é o suficiente para suprir a demanda existente para o serviço, já que há falta de recursos humanos ou físicos para garantir o atendimento.

E as políticas que envolvem a população em situação de rua como as unidades de acolhimento, ao invés de buscarem a integração dessa população acaba contribuindo para a sua segregação tendo em vista que apesar de acolher a pessoa em situação de rua essas unidades assumem o papel de reunir aqueles em situação de rua em apenas um determinado lugar, as vezes isolado do centro da cidade dificultando a circulação dessa população e dificultando o acesso a cidade.

O que torna esse tipo de política voltada a um determinado grupo populacional contraditória, já que ao mesmo tempo em que dá direito ao grupo acaba por sendo responsável de priva-los de outros direitos que deveriam ser garantidos a eles.

Se analisada as dificuldades que foram enfrentadas para a coleta de dados para a pesquisa é possível fazer uma análise que o não fornecimento de dados para a realização de pesquisas que envolvam a população em situação de rua auxilia essas políticas segregacionistas e dificulta a criação de novas políticas para a população, já que não possuir dados referentes aos serviços prestados impede a análise dele e impossibilita estudar quais são as demandas que devem ser atendidas.

Essa resistência para liberar dados para a pesquisa pode ser compreendida como uma questão que dificulta o acesso dessa população aos seus direitos, e transfere uma responsabilidade que deveria ser do Estado para os parentes das pessoas que necessitam

do serviço, forçando que eles se responsabilizem pelos “cuidados” que eles deveriam estar recebendo do governo.

Apesar da pesquisa focar nas pessoas com deficiência em situação de rua e as suas barreiras para o acesso as unidades de acolhimento, as barreiras que foram o foco do estudo se limitaram as físicas e dos recursos humanos que uma instituição pode ter, mas se analisarmos essas barreiras são de fato questões mais amplas, como a própria cidade que pode se tornar uma barreira limitante para o acesso dessa pessoas a instituição, e além dos funcionários as outras pessoas que estão acolhidas na unidade podem se tornar barreiras. O que revela que as barreiras podem ser algo muito além de apenas um espaço físico de uma instituição e de seus funcionários, onde qualquer fato que impeça o direito de ir e vir como uma barreira para o acesso não apenas ao serviço estudado de casas de acolhimento, mas para o acesso de seus direitos sejam quais forem.

Referências Bibliográficas

SILVA, Maria Lucia Lopes da. : *A população em situação de rua no Brasil e a luta por políticas públicas ao seu alcance*, Brasília, 2010.

SILVA, Maria Lucia Lopes da: *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2009.

BRASIL. Lei 11.258 de Dezembro de 2005 que altera a lei nº8742 de novembro de 1993, sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11258.htm acessado dia 02 de jul.2017

BRASIL decreto 7053 de 23 de dezembro de 2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm acessado dia 27 de jun.2017

MNRP (et al) Carta de Brasília Aberta ao Presidente da República Federativa do Brasil. *Brasília 20 de maio de 2009*. Brasília gráfica o lutador. 2009. Disponível em :http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Carta_Aberta_aoPresidente_da_Republica_Federativa_do_Brasil.pdf Acessado em 01 de jul de 2017

BRASÍLIA, Fundação de Apoio a Pesquisa- Distrito Federal, *Projeto Renovando a Cidadania*. 2011

DINIZ D. e SANTOS, Wenderson discriminação e deficiência, Brasília, UNB, 2010,

BRASIL, Decreto Legislativo nº 186 de 9 de julho de 2008 Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/decreto186.pdf> Acessado em 1 de jul. de 2017

BRASIL, Decreto nº6.949 25 de agosto de 2009 Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm
Acessado dia 2 de jul de 2017

DINIZ D. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL, DECRETO nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm Acessado dia 2 de jul.2017

Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004 disponível em : http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf Acessado dia 1 de jul. 2017.

BRASIL, RESOLUÇÃO Nº109 de 11 de novembro de 2009 Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em http://www.mds.gov.br/suas/noticias/resolucao_cnas_no109_-_11_11_2009_-_tipificacao_de_servicos.pdf Acessado : 2 de jul.2017

O histórico da criação da Associação Casa Santo André pode ser obtido no site da instituição, onde se pode obter outras informações referentes ao seu trabalho, estando disponível em: <https://www.casasantandre.org.br/quem-somos> Acessado em : 5 de julho de 2017

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria Social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

Márcia Denise Pletsch A DIALÉTICA DA INCLUSÃO/EXCLUSÃO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: um balanço do governo Lula (2003-2010), 2011.

Anexos

Brasília, 1 de outubro de 2018,

Prezado(a) coordenador(a) da Casa Santo André,

Com base na lei de acesso à informação (**LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011**), solicito as seguintes informações para adensar ao meu trabalho de conclusão de curso, que tem como tema *“As Barreiras que as pessoas com deficiência em situação de rua enfrentam para acesso às unidades de acolhimento temporário no Distrito Federal”*

- a) Quantidade de pessoas com deficiência que acessaram os serviços da unidade de acolhida temporária no ano de 2016, especificados por abrigo e atendimentos em forma de abordagem individual sem utilização de pernoite;
- b) Indicadores percentuais do perfil destas pessoas atendidas por gênero, faixa etária, nível educacional, cor/etnia, local de origem (se de Brasília ou de fora de Brasília);
- c) Média do tempo de permanência em abrigo e reincidências de atendimento no caso de abordagem individual;
- d) Principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência para acesso à unidade de atendimento, destacando se estas dificuldades relacionam-se à estrutura física da unidade, limitação dos serviços ofertados (por exemplo: poucas vagas para abrigar; poucos servidores/ trabalhadores para atender às demandas etc); dificuldades de mobilidade e locomoção da pessoas com deficiência;
- e) Relacionar os principais tipos de deficiências identificados, considerando as pessoas atendidas (física, mental/intelectual, auditiva; visual etc.)
- f) Relacionar as principais demandas das pessoas com deficiência;
- g) Principais reivindicações das pessoas em situação de rua com deficiência ao se dirigirem a essa unidade ;

Desde já agradeço pela atenção



Discente: João Paulo Reis dos Santos Matrícula: 14/0043128

Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília

Email: joaopaulor88@gmail.com

Telefone: (61) 99174-7320



Assinatura de confirmação do recebimento desde formulário

Brasília, 1 de outubro de 2018,

Prezado(a) coordenador(a) da unidade de acolhimento para Adultos e Famílias-UNAF,

Com base na lei de acesso à informação (**LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011**), solicito as seguintes informações para adensar ao meu trabalho de conclusão de curso, que tem como tema "*As Barreiras que as pessoas com deficiência em situação de rua enfrentam para acesso às unidades de acolhimento temporário no Distrito Federal*"

- a) Quantidade de pessoas com deficiência que acessaram os serviços da unidade de acolhida temporária no ano de 2016, especificados por abrigo e atendimentos em forma de abordagem individual sem utilização de pernoite;
- b) Indicadores percentuais do perfil destas pessoas atendidas por gênero, faixa etária, nível educacional, cor/etnia, local de origem (se de Brasília ou de fora de Brasília);
- c) Média do tempo de permanência em abrigo e reincidências de atendimento no caso de abordagem individual;
- d) Principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência para acesso à unidade de atendimento, destacando se estas dificuldades relacionam-se à estrutura física da unidade, limitação dos serviços ofertados (por exemplo: poucas vagas para abrigar; poucos servidores/ trabalhadores para atender às demandas etc); dificuldades de mobilidade e locomoção da pessoas com deficiência;
- e) Relacionar os principais tipos de deficiências identificados, considerando as pessoas atendidas (física, mental/intelectual, auditiva; visual etc.)
- f) Relacionar as principais demandas das pessoas com deficiência;
- g) Principais reivindicações das pessoas em situação de rua com deficiência ao se dirigirem a essa unidade ;

Desde já agradeço pela atenção

João Paulo Reis dos Santos

Discente: João Paulo Reis dos Santos Matrícula: 14/0043128

Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília

Email: joaopaulor88@gmail.com

Telefone: (61) 99174-7320

Liberta Machado de Oliveira 273407x

Assinatura de confirmação do recebimento desde formulário